



Os caminhos da transição agroecológica: desafios e avanços da agroecologia na região do Vale do Rio Pardo/RS

Wandoir Sehn¹
Erica Karnopp²

Recebido em: 24-05-2023

Aceito em: 27-06-2024

Resumo

Nesta pesquisa, exploramos os desafios e avanços da agroecologia na região do Vale do Rio Pardo, RS/Brasil, a partir da percepção dos agricultores familiares durante o processo de transição agroecológica. A "Revolução Verde" resultou em diversos danos ambientais, mas afetou principalmente o modo de organização e produção dos agricultores familiares. Este modelo é insustentável para o desenvolvimento regional. Entendemos que o caminho para superar este modelo passa pelo processo de transição agroecológica, um processo de conversão evolutivo dos agroecossistemas convencionais para os de base ecológica. Utilizando a fenomenologia como método de abordagem e amparado nas dimensões da agroecologia, analisamos os desafios e avanços culturais e institucionais enfrentados pelos agricultores familiares durante essa transição. Destacam-se as iniciativas de comercialização em feiras rurais e programas institucionais de alimentos, como PAA e PNAE. No entanto, os constantes cortes de recursos do governo prejudicam essas políticas e afetam o volume de alimentos comercializados pelos agricultores. O apoio e a participação de instituições de assistência técnica no processo de acompanhamento ainda necessitam de mais qualificação na temática da transição agroecológica, mas sua atuação já vem sendo importante para superar diversos desafios presentes. Da mesma forma, fortalecer o trabalho das cooperativas e associações, desde o acompanhamento da produção e organização das propriedades familiares até a logística de comercialização, um dos principais desafios relatados pelas famílias entrevistadas. Contudo, as dificuldades encontradas na relação com o entorno da propriedade geram desafios importantes, os quais foi possível superar a partir do exemplo e dos resultados obtidos com a produção.

Palavras-chaves: Sustentabilidade, produção de alimentos, agricultura familiar.

The paths of agroecological transition: challenges and advances in agroecology in the Vale do Rio Pardo region/RS

Abstract

In this research, we explore the challenges and advances of agroecology in the Vale do Rio Pardo region, RS/Brazil, from the perspective of family farmers during the process of agroecological transition. The "Green Revolution" resulted in several environmental damages, but mainly affected the way of organization and production of family farmers. This model is unsustainable for regional development. We understand that the way to overcome this model goes through the process of agroecological transition, a process of evolutionary conversion from conventional agroecosystems to ecologically based ones. Using phenomenology as a method of approach and supported by the dimensions of agroecology, we analyze the challenges and cultural and institutional advances faced by family farmers during this transition. We highlight the commercialization initiatives at rural fairs and institutional food programs, such as PAA and PNAE. However, the constant cuts in government resources undermine these policies and affect the volume of food sold by farmers. The support and participation of technical assistance institutions in the follow-up process still require more qualification in the agroecological transition theme, but their performance has already been important to overcome several current challenges. Likewise, strengthening the work of cooperatives and associations, from monitoring the production and organization of family properties to marketing logistics, one of the main challenges reported by the interviewed families. However, the difficulties found in the relationship with the surroundings of the property generate important challenges, which it was possible to overcome based on the example and the results obtained with the production.

Keywords: Sustainability, food production, family farming.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (UNISC).

E-mail: wando.sehn@gmail.com

² Doutorado em Geografia pela Universität Tübingen-Alemanha (Eberhard-Karls Universität). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

E-mail: erica@unisc.br

1 Introdução

A ação humana sobre o ambiente, principalmente ao longo dos últimos 100 anos, vem gerando diversas consequências negativas, constituindo-se atualmente em uma crise global entre diversas dimensões (financeira, energética, demográfica, climática...). Seus impactos geram a fome, a pobreza, a insegurança alimentar e as crescentes alterações climáticas que causam impactos negativos na agricultura e no ecossistema mundial. Conforme Brandão (2017), boa parte da crítica a estes acontecimentos atribui como causa determinante o próprio modelo de desenvolvimento concebido desde uma perspectiva colonial de poder e domínio sobre a natureza, tratando esta como mera fornecedora de recursos.

O paradigma ocidental, hegemônico na sociedade, parte de uma concepção histórica que visa um modelo ancorado nos discursos de “desenvolvimento” e “progresso”. Partindo de uma mentalidade cartesiana, que valoriza o aspecto quantitativo, extrativista e reducionista, a exploração da natureza é feita com o intuito de acumular excedentes e mercantilizar a vida, apropriando-se dos meios de produção para buscar o lucro.

A agroecologia se apresenta como uma ciência que constrói uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, avaliar e desenhar agroecossistemas sustentáveis. Orientam ações para a implantação de estilos de agricultura de base ecológica, observando diversas dimensões da sustentabilidade (CAPORAL e AZEVEDO, 2011). No Brasil, está presente desde a década de 1970 em oposição às políticas de modernização agrícola. Nesta direção, a agroecologia se apresenta como uma proposta contra hegemônica que busca romper com a lógica da agricultura industrial e se propõe a compreender os sistemas agrícolas em diferentes dimensões. De acordo com Moraes e Sorrentino (2017), esta agroecologia tem gente, cheiro, cor, nome e gosto, com verbos, significados e linguagens próprias.

A região do Vale do Rio Pardo, sobre a qual tratamos nesta pesquisa, está localizada na região centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul. Esta região é protagonista nacional e mundial na produção de tabaco, destacando-se ativamente nas últimas décadas com o avanço e a instalação de diversas empresas transnacionais do segmento. Aqui, o tabaco consolidou-se com a adoção de um “pacote tecnológico” de produção. Suas raízes estão desde o início do século passado e ganharam grandes proporções desde a produção primária até o beneficiamento do produto pelas empresas fumageiras.

O crescente monopólio, com a aglutinação e a fusão de diversas empresas fumageiras, fez com que os agricultores ficassem cada vez mais “acorrentados”, submissos às decisões das

empresas quanto ao preço do fumo (ETGES, 1991). Por fim, gerou uma dependência dos agricultores para com as empresas, que fornece desde as sementes, adubação, assistência técnica e a garantia de compra da sua produção, minimizando a possibilidade de negociação de preço, em um padrão técnico-agronômico produtivista (herdado da agricultura da revolução verde).

Sabe-se que o caminho para superar o modelo convencional de agricultura é longo, porém existem diversas “amarras” presente nesse processo. Para isso, esta pesquisa procura trazer elementos para problematizar as seguintes questões: quais os desafios culturais e institucionais, na percepção dos agricultores familiares, encontrados no processo de transição agroecológica no Vale do Rio Pardo/RS?

Então, o objetivo da pesquisa que gerou este artigo foi o de analisar, a partir da percepção dos agricultores familiares, os avanços e os desafios enfrentados para a superação das dificuldades, em relação às dimensões culturais e institucionais, durante a transição do modelo de agricultura convencional para uma agricultura de bases ecológicas na região do Vale do Rio Pardo/RS. Desse modo, estruturou-se essa análise em torno das práticas, processos e formas de organização desenvolvidas pelos agricultores ao longo da trajetória dessas experiências.

A pesquisa teve como universo temático a agricultura familiar na perspectiva agroecológica. Definiu-se esta denominação por compreender que a maioria das *Unidades de Produção Familiar* (UPF's), propriedades rurais com características familiares, além de um conjunto de elementos essenciais que vão além dos parâmetros socioeconômicos utilizados nas políticas públicas para definir este segmento social. O tema da agroecologia possui uma sinergia com a essa racionalidade produtiva familiar, combinando elementos de saberes tradicionais e populares com métodos da ciência agrícola moderna. A agricultura familiar se apresenta como base sociocultural para a agroecologia.

2 Fundamentação teórica

Com a descoberta das sementes, e posteriormente a domesticação de animais, surge a roça, dando início à prática da agricultura. Esse novo contexto socioprodutivo oportuniza um crescimento demográfico para além dos limites da produção natural. A partir desse momento, surge a necessidade do avanço da ciência e das técnicas que viabilizaram a produção de alimentos frente a uma população crescente (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

2.1 A modernização conservadora na agricultura: uma revolução nada verde

Mas é no último século que a agricultura mundial sofre as maiores mudanças. O trabalho manual começa a ser cada vez mais mecanizado, as áreas de cultivo aumentam gradativamente e as fontes de adubação começam a ter maior participação da indústria química. A alteração da base produtiva ganha destaque inicialmente nos EUA no final do século XIX, com a disseminação das tecnologias mecânicas, inicialmente movidas a tração animal, e posteriormente a vapor e ao motor de combustão (GLIESSMAN, 2008). A partir da I Guerra Mundial, com o desenvolvimento das armas químicas, os agrotóxicos passam a ser introduzidas no processo produtivo (GLIESSMAN, 2008).

As tecnologias químicas e mecânicas, restritas em um primeiro momento aos países centrais, promoveram mudanças significativas em sua agricultura, aumentando a produtividade do trabalho e a liberação da mão de obra no campo, permitindo a expansão das áreas agricultadas e o incremento da produtividade de muitas explorações vegetais e animais. Os resultados iniciais de sua adoção pelos agricultores induziram sua rápida difusão (COSTA, 2017).

Chegou no Brasil a partir dos anos 1960, intensificando-se em 1970 devido a incentivos governamentais durante o período militar, alocando grandes somas de recursos financeiros, a juros baixos, aliados a ofertas de assistência técnica, recursos públicos para pesquisa e preparação de profissionais especializados no âmbito do ensino universitário ou técnico (BALESTRO; SAUER, 2013). Os sistemas de produção começaram a ser cada vez mais aportados por insumos químicos e mecanização, criando uma crescente subordinação da agricultura ao capital industrial (GLIESSMAN, 2008). A criação de uma rede pública de ATER foi determinante para difundir esse novo modelo agrícola, conforme Balestro e Sauer (2013) descrevem:

A implantação do modelo agropecuário e do pacote tecnológico foi realizada ainda com a criação de uma rede pública e oferta de assistência técnica e extensão rural, a instalação, destinação de recursos e promoção de pesquisas e ensino (criação de cursos universitários e técnicos nas universidades públicas e escolas técnicas). Todos os recursos públicos estavam voltados para o financiamento de pesquisas e disseminação do pacote tecnológico baseado na lógica da produção monocultora em grandes extensões de terra, excluindo a esmagadora maioria dos pequenos produtores (BALESTRO; SAUER, 2013, pg 9).

Consolidada em dois objetivos principais: as maximizações da produção e do lucro, a agricultura convencional desenvolveu um rol de práticas sem cuidar de suas consequências de longo prazo, e sem considerar a dinâmica ecológica dos agroecossistemas. Segundo Costa (2017), a espinha dorsal dessa agricultura moderna baseou-se em seis práticas básicas: cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes sintéticos, controle químico de pragas

e manipulação genética de plantas cultivadas. Cada uma dessas práticas sendo usada por sua contribuição individual à produtividade, mas como um todo, formam um sistema no qual cada uma depende das outras e reforça a necessidade de usá-las. Porém Gliessman (2008) alerta que essas práticas são, também, integradas em uma estrutura com sua lógica particular.

A produção de alimentos é tratada como um processo industrial no qual as plantas assumem o papel de fábricas em miniatura: sua produção é maximizada pelo aporte dos insumos apropriados, sua eficiência produtiva é aumentada pela manipulação dos seus genes e o solo simplesmente é o meio no qual suas raízes ficam ancoradas (GLIESSMAN, 2008, pg. 36).

Dentre esse aporte de insumos externos, os agrotóxicos fazem parte desse grande pacote influenciado por essa indústria. Em dados atuais, anualmente são usados no mundo aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos. No Brasil, o consumo anual de produtos comerciais tem sido superior a 300 mil toneladas, o que equivale a cerca de 130 mil toneladas de ingrediente-ativo por ano. Esse consumo representa um aumento de 700% nos últimos quarenta anos, enquanto a área agrícola cresceu apenas 78% no mesmo período (EMBRAPA, 2021).

Desta forma, a agricultura familiar acaba por ser esmagada por esta "modernização conservadora", em sua máxima expressão, cuja denominação faz mais jus do que sua alcunha original, pois sua "revolução não é nada verde", e sim uma expressão máxima da destruição da agrobiodiversidade, também denominada por Machado e Machado Filho (2014) como uma "negação da natureza": monoculturas, envenenamento dos recursos naturais, técnicas capital-intensivas e expulsão dos agricultores familiares do campo.

Ao analisarmos as consequências geradas por este modelo nas diversas dimensões necessárias para manter a sustentabilidade, a negação da natureza promove o desequilíbrio multiescalar, gerado pelos desequilíbrios das diversas dimensões da sustentabilidade. Portanto, é necessário repensar esse modelo de produção, que tem gerado diversos problemas ambientais e sociais, e fortalecer alternativas que visem o respeito e o cuidado aos agroecossistemas, assim como aos povos que neles vivem. É necessário buscar um modelo de produção de alimentos que seja capaz de equilibrar a produção com a preservação ambiental e a justiça social. A agroecologia é o caminho para alcançar esse objetivo.

2.2 Agroecologia: a materialização de uma agricultura sustentável

A Agroecologia surge com o objetivo de promover a transformação da agricultura, tendo como base o desenvolvimento de práticas agrícolas mais ecológicas, que busquem equilibrar a

produção de alimentos, a conservação dos recursos naturais e a preservação das comunidades rurais (GLIESSMAN, 2008; ALTIERI, 2012). Para isto, propõe a integração de conhecimentos tradicionais e científicos para o desenvolvimento de sistemas agrícolas mais justos e equilibrados, que possam atender às necessidades sustentáveis da população, preservar o meio ambiente e proteger as culturas agrícolas.

Ao definir como uma agricultura para os novos tempos, Machado e Machado Filho (2014) defendem que a Agroecologia dispõe de saberes desde os ancestrais aos atuais, que resgata os saberes que a revolução verde destruiu ou escondeu, mas incorporando os diversos progressos científicos e tecnológicos construídos nos últimos 50 anos, viabilizando a produção de alimentos limpos e sem venenos. É uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Este modelo agrícola, que busca ser uma alternativa ao padrão dominante, valoriza os conhecimentos e as práticas locais dos agricultores, bem como as contribuições de agentes de ATER e da comunidade científica. Através da constante interação entre estes atores, pode-se promover um sistema de produção flexível e inclusivo que preserve e reflita a diversidade social, cultural e ambiental das regiões, oferecendo uma solução diferente à uniformidade de saberes, técnicas e materiais típica da agricultura convencional (KARNOPP, 2012).

De acordo com Sevilla-Guzmán e Montiel (2010), além da dimensão ecológica, a Agroecologia é centrada também nas dimensões socioculturais e políticas. Para eles, a mudança da agricultura convencional para a agricultura sustentável é considerada agroecológica somente se baseada no desenvolvimento de conhecimentos, práticas e identidades locais, bem como em suas redes de relações sociais.

A Agroecologia levanta a necessidade de indagar sobre as interações socioecológicas que ajudam a compreender os diversos fenômenos que ocorrem no agroecossistema (ALVAREZ-SALAS, 2014). Dentre as principais dimensões da Agroecologia, essenciais para a transição agroecológica elencadas por diversos autores, temos: ambiental, econômica, social, cultural, educativa, institucional, política, ecológica, histórica e ética (SACHS, 1993; MACHADO e MACHADO FILHO, 2014). Estas dimensões são interdependentes e precisam conviver de forma harmônica, em busca de equilíbrio. A prática e vivência agroecológica deve considerar a presença de todas elas no processo, se inter-relacionando e respondendo pela necessidade da produção de alimentos limpos.

A dimensão cultural da Agroecologia é uma parte fundamental e inseparável da prática agroecológica. Mais do que lidar apenas com processos naturais, é também sobre processos

socioculturais, resultado de uma construção humana. É importante lembrar que o ser humano é uma criatura cultural e é através da cultura que ele se diferencia de outros seres vivos (CAPORAL et al, 2006). A prática da agroecologia permite a preservação do desenvolvimento e desses conhecimentos, além de promover a diversidade cultural e a identidade dos locais (IAQUINTO, 2018). Além disso, ela também tem como objetivo construir comunidades mais justas, equitativas e responsáveis, e para isso é necessário levar em consideração a diversidade cultural, incluindo questões relacionadas a gênero, raça, etnia e orientação sexual. A busca pela dimensão cultural envolve a promoção, preservação e divulgação da história, tradições e valores regionais, assim como o acompanhamento das suas transformações. Para alcançar esta dimensão, é importante promover culturas tradicionais, compartilhar a história local, garantir acesso à informação e conhecimento para todos, e investir na construção, renovação ou restauração de equipamentos culturais (MENDES, 2009).

A dimensão institucional da Agroecologia refere-se ao papel das instituições e organizações no desenvolvimento e implementação de práticas agroecológicas. Inclui tanto as instituições governamentais, quanto as não-governamentais, como cooperativas, grupos de agricultores, organizações de pesquisa, entre outros. Para Caporal e Costabeber (2002) diz respeito aos métodos e estratégias participativas capazes de assegurar o resgate da auto-estima e o pleno exercício da cidadania.

2.3 A transição no campo da agroecologia

A compreensão do termo “transição”, em geral, refere-se ao passo de uma situação para outra, da transformação de algo em algo diferente do estágio anterior (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2023). Assim, traz a ideia de um processo, ou seja, um caminho de ação que é manifestado na realidade concreta a partir de uma configuração complexa de causas e sempre resulta em consequências e efeitos, previsíveis ou não, na nova situação estabelecida.

De modo geral, as investigações referentes à transição agroecológica desenvolvidas com maior frequência remetem-se à conversão de um sistema convencional para um sistema agroecológico, baseando-se na ciência ecológica e agrônômica aliada aos saberes populares, conforme é definido por Costabeber (2004), como:

[...] o processo gradual de câmbio através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um sistema de produção "convencional" a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica. [] contínuo e crescente através do tempo, e sem ter um momento final determinado (COSTABEBER, 2004, p. 47).

A noção de transição agroecológica desenvolvida por Stephen Gliessman, é uma das principais referências utilizadas e analisadas em muitos estudos e pesquisas que objetivam entender as transformações que acontecem neste processo. Ele apresenta os princípios orientadores do mesmo, definindo-o como “um processo de conversão evolutivo”, como um guia a ser usado pelos/as agricultores/as na conversão dos agroecossistemas convencionais para os de base ecológica, como também sendo útil para categorizar os diferentes níveis de conversão em que podem se encontrar os sistemas agrícolas (GLIESSMAN, 2008).

Dentre estes princípios, encontram-se: a adoção de um manejo pautado na reciclagem dos nutrientes dentro dos sistemas agrícolas; a utilização de fontes renováveis de energia; a eliminação do uso de insumos sintéticos não renováveis; o manejo adequado de pragas, doenças e plantas espontâneas ou adventícias; o reestabelecimento das relações biológicas dentro do sistema; estabelecer combinações apropriadas entre cultivo e potencial produtivo, respeitando as limitações físicas dentro do ecossistema; valorizar a saúde geral do ecossistema; a adoção de práticas para melhorar a conservação do solo, da água, da energia e dos recursos biológicos; a aplicação da noção de sustentabilidade no planejamento e manejo do agroecossistema a longo prazo (GLIESSMAN, 2008).

A legislação brasileira também apresenta uma definição de transição agroecológica, através do Decreto Federal n.º 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Segundo esta legislação, no artigo 2º da alínea IV, define-se a transição agroecológica, compreendida como:

Processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (BRASIL, 2012).

Porém, é preciso entender que a transição precisa ultrapassar a noção de mudar apenas insumos e manejos agrícolas. Schmitt (2013) apresenta a transição como um processo complexo e não linear, que incorpora princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas, mas que também constrói a dimensão social através das possibilidades entre diferentes atores, recursos, práticas e lugares no desenvolvimento rural. Isso porque, segundo Caporal (2009):

[...] quando se faz referência à Agroecologia está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que aquelas das ciências agrárias "puras", pois incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (CAPORAL, 2009, p. 08).

Guterres (2006) nos alerta que uma ruptura, uma mudança radical não é indicada, pois não respeita o tempo de recuperação necessário ao meio ambiente, além de muitas dificuldades

que o ambiente em torno da unidade de produção familiar poderá apresentar, como a contaminação externa e o acesso aos novos mercados. O ambiente de cultivo e as relações externas da propriedade influenciam diretamente o avanço da transição.

De acordo com o nível de intensificação da transição agroecológica, esta poderá ser mais rápida ou mais demorada, visto que o modelo de produção agroecológico é radicalmente diferente do modelo intensivo de produção. Além disso a transição agroecológica visa aumentar a complexidade do sistema e que a sua transição depende das características específicas de cada UPF e agricultor (FEIDEN; BORSATO, 2011; KRAUSER, 2015).

3 Metodologia utilizada

A pesquisa de campo ocorreu entre agosto e dezembro de 2022, quando foram entrevistadas seis famílias rurais, representantes das *Unidades de Produção Familiar (UPF's)*. As entrevistas tiveram duração média de 1h40min cada, foram gravadas com celular e realizado um registro em caderno de anotações, além do uso de um roteiro de perguntas. As entrevistas foram transcritas e analisadas pelos autores.

Como método de abordagem, a pesquisa utiliza a fenomenologia, uma corrente filosófica cujos fundamentos se baseiam na noção de intencionalidade, que afirma que não há objeto sem a presença do sujeito. Isso implica que a existência do objeto depende da consciência do sujeito e da intencionalidade atribuída a ele (TRIVINOS, 1987). Propõe-se nessa corrente metodológica, então, estudar e analisar, e por consequência, assim compreender os fenômenos e as essências, como neste caso, das famílias agricultoras em processo de transição agroecológica.

Na coleta dos dados para a efetivação desta pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, agendadas previamente com os agricultores, utilizando roteiros semiestruturados. O critério da escolha dos agricultores foi o envolvimento destes sujeitos com a transição agroecológica em diferentes estágios de transição, tomando como base os níveis de conversão descritos por Gliessman (2008; 2010), partindo desde aqueles que recém estão iniciando a mudança, com o aumento da eficiência das práticas convencionais, a fim de diminuir o uso de agrotóxicos, insumos sintéticos, até a agricultores que já se encontram em estágio avançado de transição, com suas experiências consolidadas com o redesenho do agroecossistema e o restabelecimento da conexão com os consumidores. Também se optou em analisar uma experiência que tenha desistido da transição, que trazem elementos importantes para esta análise.

O campo empírico da pesquisa é a região do Vale do Rio Pardo, localizada na região centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul. Sua extensão territorial abrange uma área de 13.172,9 km² e atualmente possui uma população de aproximadamente 441.282 habitantes, resultando em uma densidade demográfica média de 33,5 habitantes/km² (FEE, 2021). A região é formada, a partir do recorte do COREDE¹ Vale do Rio Pardo, por 23 municípios, sendo eles Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

A região é marcada e dependente de maneira direta da agropecuária, especialmente pela agricultura familiar, em especial a produção de tabaco, alimentos, (milho, feijão e hortaliças), e de criação de animais, como frango, porco e gado leiteiro (COSTA e SCHMITZ, 2017). Significativas diferenças, particularidades e desigualdades socioespaciais são identificadas em seu território, relativas ao processo de formação histórica e desenvolvimento econômico e social, permitindo dessa forma identificar a existência de três microrregiões: Norte, Centro e Sul. A microrregião Norte tem caracteristicamente uma área de predomínio da pequena propriedade, com uma população constituída por descendentes de alemães, italianos e luso-brasileiros, e com sérios problemas no tocante a alternativas econômicas que agreguem valor à produção do minifúndio (ETGES, 2001; KARNOPP, 2012).

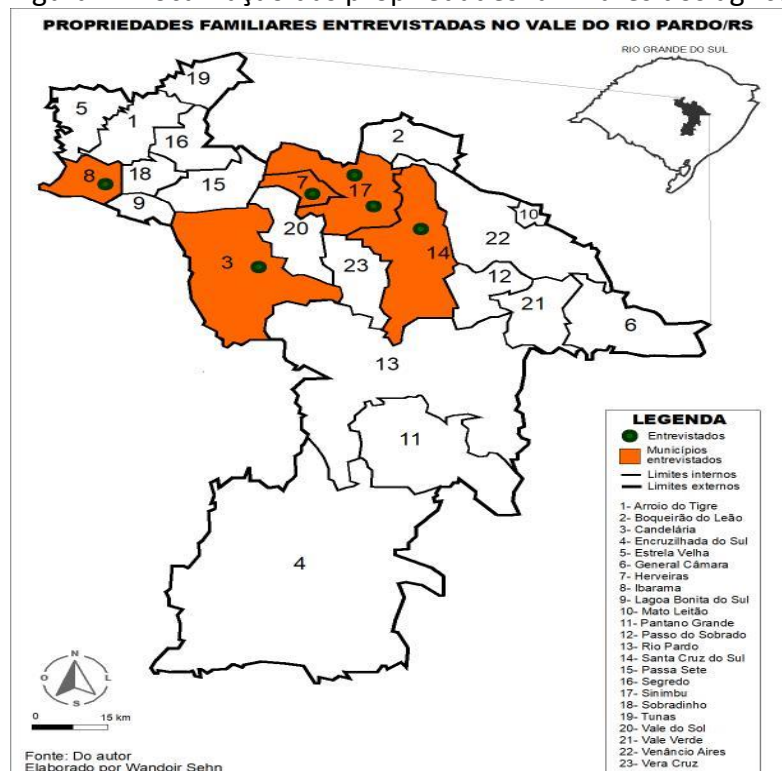
A microrregião Centro, caracteriza-se fundamentalmente pela forte presença das empresas multinacionais agroindustriais de fumo em folha, o que influencia diretamente na organização dos espaços urbanos e rurais. O município de Santa Cruz do Sul se destaca como uma cidade polo regional, pois possui a presença das principais sedes das empresas de tabaco, tais como: Souza Cruz, Philip Morris, JTI e Universal Leaf Tabacos Ltda. Além disso, conta com a presença da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), que se constitui em um forte elemento atrativo de impacto social e econômico na região, além da constituição de um amplo e diversificado setor de comércio e serviços que atende à demanda regional. Também é constituída por pequenas propriedades rurais (KARNOPP, 2012).

Já na microrregião Sul observam-se características mais diversas, seja pelo seu processo mais antigo de ocupação do espaço, como o caso de Rio Pardo, um dos primeiros municípios do Estado, fundado em 1809, seja por sua vinculação à dinâmica econômica e sociocultural da metade sul do Estado, através da criação de gado, do cultivo do arroz e da soja, formado por médias e grandes propriedades. Os municípios dessa microrregião possuem também uma grande extensão territorial (KARNOPP, 2012; AREND *et al.*, 2019).

4 Resultados e discussão

Os agricultores familiares entrevistados residem nas microrregiões Centro e Norte do Vale do Rio Pardo. Desta forma, temos duas propriedades localizadas na microrregião Norte, junto aos municípios de Candelária e Ibarama, e na microrregião Centro, foram entrevistadas quatro propriedades familiares, sendo uma em Santa Cruz do Sul, duas em Sinimbu e uma em Herveiras. A disposição das propriedades familiares entrevistadas na região pode ser vista na figura 1.

Figura 1 - Localização das propriedades familiares dos agricultores entrevistados



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com a proposta de pesquisar UPFs em diferentes níveis de transição, foram selecionadas propriedades familiares levando em conta principalmente o tempo envolvido com a agricultura ecológica, mas também os níveis em que se encontram, a partir do próprio tempo de transição, mas também das práticas e estratégias utilizadas na organização da UPF (Quadro 1).

A propriedade familiar “UPF 1”, fica na localidade de Linha Branca, interior de Sinimbu, a 24 km de distância do centro administrativo do município. O casal cursa o Bacharel em Agroecologia pela UERGS/AGEFA. Estão no segundo ano de atividades na propriedade, porém iniciando a transição agroecológica apenas neste ano. O casal de jovens agricultores, ambos com 25 anos, ocupam a área de 6 ha, oriundos de herança, de uma área de 20 ha pertencente aos pais do jovem agricultor. O início da transição agroecológica nesta propriedade está ligado ao

projeto “Transição Agroecológica na Fumicultura”, realizado em conjunto com a “Rede Sul pela Transição Agroecológica”.

Quadro 1 - Identificação, localização e tempo envolvido na transição agroecológica das UPFs entrevistadas.

IDENTIFICAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	TEMPO DE TRANSIÇÃO	NÍVEL DE TRANSIÇÃO
UPF 1	Linha Branca, Sinimbu/RS	1 ano	Inicial
UPF 2	Linha Água Fria, Sinimbu/RS	8 anos	Intermediária
UPF 3	Chapadão, Candelária/RS	19 anos	Avançado
UPF 4	Entrada São Martinho, Santa Cruz do Sul/RS	30 anos	Avançado
UPF 5	Linha Seis, Ibarama/RS	31 anos	Avançado
UPF 6	Linha Pinhal, Herveiras/RS	Encerrado após 17 anos	Encerrado

Fonte: resultados da pesquisa de campo realizada pelos autores (2022).

Através desta rede, diversos atores e organizações assumem espaços importantes na condução do projeto, como a Marajó, com sede em São Paulo/SP, a AAVRP - Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo/RS, a Cooperfumos - Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil, com sede em Santa Cruz do Sul/RS e o Bacharelado em Agroecologia - UERGS/AGEFA, unindo assim, financiamento, assistência técnica, produção, comercialização e consumo de alimentos e tabaco (REDE SUL, 2022).

A segunda propriedade familiar, denominada neste trabalho de “UPF 2”, também fica localizada na região serrana de Sinimbu, porém na localidade de Linha Água Fria, a 50 km do centro do município. O casal, ele com 49 e ela com 44 anos, dedica seu trabalho à agricultura, no cultivo de tabaco agroecológico, como principal fonte de renda, mas estão buscando outra renda com a produção de hortaliças e culturas anuais, como batata doce, mandioca, feijão, amendoim, alho, batata inglesa e o milho crioulo. Dentre estas culturas, o alho terá mais destaque nas vendas, já que as demais ainda possuem baixo volume de comercialização. A propriedade de 25,1 ha, sempre contou com o cultivo do tabaco convencional. Porém, foi finalizado em 2021, quando optaram em cultivar o tabaco agroecológico. De acordo com a família, a transição agroecológica começou por volta de 2015, a partir da redução do uso de agrotóxicos e o uso de práticas conservacionistas. Esta família também faz parte da Rede Sul, a partir do projeto Transição Agroecológica na Fumicultura. Foram a primeira experiência deste projeto em 2021. Em 2022, estarão no segundo ano do projeto, cultivando o tabaco agroecológico e avançando nas etapas da transição com a produção de alimentos.

No município de Candelária, foi realizado a entrevista com a “UPF 3”, onde o casal de agricultores entrevistados reside a 31 km do centro do município, na localidade de Chapadão. De

acordo com o casal, ele com 68 e ela com 44 anos de idade, residem nesta área desde 1995, quando a adquiriram. Atualmente, a renda da propriedade vem exclusivamente da produção agrícola, a partir da comercialização de chia, amaranto, gergelim, feijão *adzuki*, milho, feijão, arroz, amendoim, moranginho, hortaliças diversas da horta, batata doce, mandioca, batatinha inglesa, com destaque em três produtos, que, de acordo com eles: “o principal pra fazer dinheiro é o feijão, a farinha e a erva mate”.

O processamento da farinha é feito na propriedade, utilizando milho crioulo de produção própria, na agroindústria instalada desde 2012. Estão associados à Ecovale, cooperativa ligado ao Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), onde comercializam a maior parte das suas produções. Dessa forma, conseguem suprir um grande desafio presente nesta propriedade, que é a distância dos principais centros comerciais. A propriedade está dentro do roteiro de passagem da Rota Serrana, que consiste em um veículo Kombi, da própria cooperativa, que circula quinzenalmente nas propriedades recolhendo as produções agrícolas destinadas para a comercialização na cooperativa.

Já em Santa Cruz do Sul, a propriedade familiar visitada, denominada aqui de “UPF 4”, encontra-se na localidade de São Martinho, distante 23 km do centro do município. Sua atividade atualmente consiste na produção de frutas orgânicas, sendo elas: a banana prata e a banana maçã, laranja, bergamota, limão e manga, cultivados em uma área total de 9 ha. O agricultor, de 49 anos de idade, conta que sua história na agricultura passou por várias idas e vindas, entre trabalhos no meio urbano e tentativas de produção agrícola, até se firmar na atividade. Além disso, houve diversas tentativas frustradas de produção orgânica, cujo principal limitador foi a relação com a família, que não aceitava o modo diferenciado de produção, e que, conforme as palavras dele, “saíam da cartilha” do método habitual, focado no cultivo de tabaco convencional. Atualmente comercializa suas produções nas feiras rurais do município, além de duas cooperativas de comercialização de alimentos da região, como a Coopersanta e Coopasvale.

A outra experiência da microrregião norte do Vale do Rio Pardo entrevistada fica localizada no município de Ibarama, aqui denominada de “UPF 5”, residentes da localidade de Linha Seis, distantes a 2 km do centro municipal. O casal de agricultores, ele com 67 e ela com 65 anos de idade, sempre trabalharam com a agricultura na propriedade familiar de 13,5 ha. Iniciaram a transição agroecológica em 1992, com a diversificação de culturas, quando ainda cultivavam tabaco e que aos poucos deu espaço para implantação de um pomar de laranjas, e que, aos poucos, foi aumentando para mais culturas, como o pêssego e o abacate. As frutas são comercializadas em restaurantes, feiras rurais e no Programa Nacional de Alimentação Escolar

(PNAE) do município. Além dos citros, comercializam também a erva-mate, azeite de oliva e azeitonas em conserva, todas de produção própria. Outro destaque da propriedade é a conservação, produção, troca e comercialização de sementes crioulas, como o milho, feijão, trigo.

No município de Herveiras, foi entrevistado o casal de agricultores da “UPF 6”, na localidade de Linha Pinhal, distante a 1,5 km do centro do município. Nesta UPF, o objetivo da entrevista foi entender o motivo pela desistência da transição agroecológica, mas que, ao final, entendeu-se que a parada foi parcial, não no processo do modelo produtivo, mas em função da aposentadoria, sem perspectiva de sucessão rural e o início da pandemia de Covid-19, em 2020.

O casal de agricultores, ele com 64 e ela com 56 anos de idade, residem na propriedade desde casados, há 36 anos. Sempre trabalharam com a agricultura, porém atualmente não possuem nenhuma atividade agrícola comercial. Inicialmente cultivaram tabaco por 25 anos, até que, no ano de 2005, resolveram mudar o foco de produção. A saída da produção de tabaco aconteceu após participarem de um curso de gestão financeira, realizado pela empresa fumageira Souza Cruz (hoje B.A.T.), na localidade, para os agricultores familiares da região. Ao fazer o balanço das contas e do custo de produção envolvido com a produção de tabaco, percebeu que a atividade não estava sendo lucrativa. Após um acumulado de frustrações com a cultura e com as empresas fumageiras, tomaram a decisão de finalizar com esta cultura.

A mudança para outra atividade agrícola, a produção de alimentos, começou com uma observação sobre a comunidade, identificando uma grande demanda de hortaliças, apesar do meio agrícola, porém com pouca produção de hortaliças para o autoconsumo. Outra estratégia adotada foi a comercialização nos programas institucionais de alimentos, como o caso do PNAE no município. A transição agroecológica da propriedade teve início com a produção de alimentos para comercialização. Em função da aposentadoria e da pandemia de Covid19 no ano de 2020, optaram e parar com a produção. Partindo da base de que a família havia desistido da transição agroecológica, durante a entrevista identificou-se que ainda utilizam de práticas ecológicas na propriedade, na horta família e na produção animal, contudo agora apenas para o autoconsumo. No quadro 2, estão os principais motivos que levaram as famílias a iniciarem a transição agroecológica. Pode ser visualizado que grande parte das famílias elencaram mais de um aspecto que motivou a mudança da produção convencional para a agroecológica. Dentre as principais e mais citadas, aparecem a saúde e a busca por qualidade de vida. Em seguida, o outro elemento citado foi a intenção de sair do sistema convencional, em busca de um manejo de base ecológica. A baixa rentabilidade da produção de tabaco também foi um dos elementos motivadores, que, a

partir da escolha pela produção de alimentos, possibilitou uma nova fonte de renda. Aliada a isso, encontra-se a influência de instituições ligadas à agroecologia.

Quadro 2 - Motivos que levaram os agricultores familiares iniciarem a transição agroecológica

Entrevistados	Elementos motivadores
UPF 1	Voltar para o meio rural, busca por melhores condições de saúde e maior qualidade de vida.
UPF 2	Prejuízos financeiros com a produção de tabaco após intempérie climática.
UPF 3	Influência e apoio da Emater e do CAPA.
UPF 4	Sair do sistema convencional de produção e buscar a valorização da natureza e do ecossistema.
UPF 5	Priorizar a produção de alimentos saudáveis.
UPF 6	Busca por uma renda viável e preocupação com a qualidade dos produtos comercializados às escolas

Fonte: autores, 2023.

Esses elementos motivadores têm levado as famílias a repensarem seu modo de vida, buscando alternativas na Agroecologia. Buscam resgatar saberes e sementes, retomar e aprimorar “velhos” costumes de produzir, com base no convívio mais harmônico com a natureza e com um grande foco no autoconsumo, deixado de lado a partir da modernização da agricultura.

Todos já possuíam ligação histórica com a agricultura. Um fator interessante é o retorno à propriedade, como o caso da UPF 4, e o caso mais recente, da UPF 1. Porém, é evidenciada a diferença do nível de transição de cada propriedade, desde o período temporal, como nas práticas e estratégias adotadas. Percebe-se que o uso de agrotóxicos, mesmo em mínimas quantidades, ainda é feito nas UPFs 2, 5 e 6, tendo como principal fator associado a falta de mão de obra. São propriedades geridas por duas pessoas, o que ainda limita atender a toda demanda de serviços das propriedades familiares, ou por ainda manter uma área de tabaco convencional, enquanto organizam estratégias de viabilizar financeiramente a transição completa, como o caso da UPF 2.

4.1 Desafios e avanços culturais no caminho da transição agroecológica

Para realizar o levantamento dos principais desafios culturais presentes durante a transição agroecológica das propriedades familiares, a entrevista foi conduzida para ouvir as percepções deles referentes à busca por informações técnicas relacionadas ao cultivo e manejo das propriedades, a adaptação ao modelo de produção de base ecológica e às formas de comercialização, a dependência de insumos externos, ao resgate de saberes e sementes crioulas, e a relação com o entorno das propriedades, além de outros elementos que surgiram durante as conversas. A busca por informações técnicas sobre o manejo agroecológico varia conforme o nível da transição da propriedade. No caso da UPF 1, que está no primeiro ano de experiência,

citaram que buscam informações e saberes dos familiares, como no caso descrito pela jovem, em que busca informações com a mãe e a avó: “Bastante coisa de horta, eu pergunto pra minha mãe, pra minha vó. Até nesse final de semana, eu fui para lá e peguei umas mudas pra mim”.

Estas oportunidades do resgate de saberes estão também atreladas ao resgate de sementes e mudas crioulas, compartilhadas entre a família. São formas de manter vivo um legado genético e de conhecimento, adaptado ao agroecossistema local. A busca por informações na internet também foi citada pela jovem, porém destaca a baixa confiabilidade deste método, principalmente por não levar em conta as particularidades presentes nos diversos climas e regiões. Entretanto, as UPFs 1 e 2 têm ligação com a universidade, cujos agricultores estão em um curso de Bacharelado em Agroecologia, construindo e trocando conhecimentos, além da possibilidade do acesso a professores das diversas áreas ligadas ao tema.

Esta troca de saberes também é descrita pelas famílias das UPFS 4 e 6, realizada com demais agricultores, a partir da socialização em espaços como encontros de sementes crioulas ou seminários com temáticas ligadas à agroecologia. Para a UPF 3, as diversas visitas de estudos em suas propriedades, e aquelas em que participam fora dela, são espaços de aprendizagem: “visitamos e recebemos visitas também. A gente ensina e aprende ao mesmo tempo”. As parcerias com instituições, como Emater e Embrapa possibilitaram a constituição de unidades experimentais, que possuem características de testar novas variedades e diferentes manejos, de base ecológica, como o caso enfatizado pela UPF 5, e que servem de espaço de aprendizado para os agricultores locais, além de materiais de estudos para pesquisadores ligados a estas empresas.

Ao tratar especificamente o resgate de sementes crioulas, todas as propriedades familiares entrevistadas afirmam que utilizam e multiplicam, porém em tempos de atuação diferenciados. Dentre as que historicamente já as vêm utilizando, temos as UPFS 3, 5 e 6. Na UPF 3, a semente crioula, como no caso do milho, é base para a farinha produzida em moinho de pedra presente na propriedade.

A experiência da UPF 5 é fortalecida no município de Ibarama com a Associação dos Guardiões de Sementes Crioulas, que organiza anualmente o Encontro das Sementes Crioulas de Ibarama, e que conta com o apoio da Emater, da Embrapa e de universidades da região. De acordo com Bevilaqua (2014), os guardiões de sementes utilizam técnicas socioculturais empíricas para preservar, manter e disseminar os materiais crioulos, transmitindo essas práticas de geração em geração. Esses conhecimentos compartilhados entre diferentes membros da comunidade, como pais, avós e jovens, são essenciais para formar novos guardiões e ajudar a manter a agrobiodiversidade.

As UPFs 1 e 2 descreveram que estão fortalecendo e ampliando o uso das sementes crioulas a partir da participação na Rede Sul, principalmente devido às oportunidades comerciais com a cooperativa Cooperfumos. São as oportunidades de fortalecimento de renda junto com a preservação genética e dos saberes tradicionais. Dentre as demais culturas em destaque, temos: trigo, mandioca, cana-de-açúcar, batatinha, moranga, abóbora, melancia, melão e melancia amarela. Esta diversidade foi citada pela família da UPF 5, que descreve que: “uma vez, a gente fez um levantamento de espécies na propriedade, a gente passou de 150 espécies. Não variedades... espécies, entre bicho, planta, desde o chá, tempero, fruta”.

Entretanto, no caso da UPF 1, os proprietários relataram que houve desconfiança da família e vizinhos, sobre a opção dada para as sementes crioulas, “eu queria plantar crioula, e já com todo mundo atrás da gente falando, que jeito, não vai dar nada”. Porém, descrevem que conseguiram convencer a família após testar o primeiro ano com a produção de milho e perceberem a qualidade do grão colhido, além da resistência ampliada da planta sobre os efeitos da estiagem, em comparação com as sementes híbridas.

O projeto de transição agroecológica na fumicultura, da qual as UPFs 1 e 2 fazem parte, prevê a produção de tabaco por três anos, prevendo que, ao final desse período, a produção de alimentos para a comercialização esteja estruturada nestas propriedades familiares. Contudo, para a UPF 2, o casal ressalta que será necessário continuar com a produção de tabaco por mais alguns anos, para superar alguns desafios presentes, principalmente devido às dificuldades de logística em vista da distância da propriedade dos principais pontos de comercialização.

Assim, eu vou produzir um pouco mais de repente. No terceiro ano, a gente sai. Na realidade são três anos o projeto. Então, a ideia é diminuir, plantar uns 10, 15 mil pra manter um pouquinho da renda. Então, a gente vai calçar essa parte da produção de alimentos (UPF 2, gravado em 26/07/2022).

A adaptação à nova metodologia de comercialização, pautada na proximidade com o consumidor e a necessidade de procura por novos clientes, conta com as experiências anteriores na família, ou também com os pais e avós, destacados pelas UPFs 2, 3 e 5. Além disso, na UPF 2, também foi enfatizada a troca de sementes e alimentos com a vizinhança, como forma de ampliar as variedades de sementes ou, inclusive, de alguns alimentos que não foi possível produzir, como destacado: “já se vendia alguma coisa antes. Nós temos o hábito aqui de fazer a troca, com a vizinhança, troca semente de batatinha, de milho, de melão ou melancia. Além disso algumas pessoas querem comprar”. Na UPF 5, a cooperativa, da qual fizeram parte no início das atividades, foi importante para estabelecer a comercialização, e, a partir disso, organizar também a procura dos próprios clientes.

Outro fator levantado pelo agricultor da UPF 4 está no tempo necessário para estabelecer um equilíbrio no ambiente de cultivo. Em sua experiência, conta que foram necessários oito anos para recuperar a fertilidade natural do solo, controlar as doenças e o ataque de insetos, ao ponto de intervir no sistema apenas em casos isolados, sem necessidade de aplicação constante de caldas e manejos de recuperação do ambiente.

Do início do trabalho, se eu pegar uma área degradada, até realmente chegar no ponto de bala de produzir realmente com equilíbrio, acho que preciso de uns oito anos. Aí começa a facilitar as coisas. Eu pego o exemplo da lavoura de citros, por exemplo: ela 'tá fechando quase quatro anos. Agora que ela começa a dar uns sinais. Então, ali já tô conseguindo acelerar um pouco mais, mas eu vou precisar mais uns três anos, pra daí ela estar redondinha. Aí vai (UPF 4, gravado em 24/08/2022).

A escolha pela produção agroecológica, valorizando a riqueza da diversidade e o cuidado com o agroecossistema é evidenciado pela UPF 4. E esse trabalho, de acordo com ele, é reconhecido pelos consumidores, que conseguem diferenciar o seu produto dos demais pela qualidade e sabor diferenciados, em comparação com o mesmo produto, neste caso da banana, de outros agricultores, inclusive na mesma feira.

Na experiência da UPF 6, foi determinante, desde o começo da mudança, a implementação de um controle financeiro da produção, das entradas e saídas, que aprenderam a fazer no curso oferecido pela empresa fumageira. Destaca-se que todos os insumos, sementes, combustível e demais custos eram anotados e feito o balanço final, com as entradas a partir da comercialização dos alimentos.

Ao abordar a relação com o entorno da propriedade, temos o relato de percepções variadas entre boa convivência e distanciamento. A percepção do casal da UPF 1 retrata que, perante as mulheres, como na família e na vizinhança, é de apoio e reconhecimento das possibilidades da diversificação, sobretudo da produção de alimentos e o cuidado com a horta. Entretanto, há também desconfiança em outra parte da vizinhança, acostumados, na visão deles, apenas com a produção de tabaco e “presos” a essa única possibilidade viável.

Um relato interessante do agricultor da UPF1 diz respeito ao questionamento recebido de outros agricultores mais velhos da comunidade sobre o seu papel desempenhado na propriedade familiar, ao questioná-lo: “homem produzindo hortaliça? Isso é coisa de mulher!”. Este retrato mostra que há uma percepção de uma parte dessa população de separação das atividades, da “delicadeza” e do cuidado com as plantas serem algo exclusivo das mulheres, aliados ao pensamento proposto pelo modelo convencional de desenvolvimento, com um foco na produção de monoculturas, como o tabaco, milho ou soja, em larga escala.

E eu que sou jovem, os mais velhos me olham como piá ainda. Quando me enxergam, questionam: “homem produzindo hortaliça? Isso é coisa de mulher”. Eles acham que é algo que eu não devia estar me empenhando tanto. E eu digo que quero plantar hortaliça. Existe um pré-conceito do que eu devia estar produzindo, onde eu devia estar mais focado. Aí, quando eu falo que quero produzir feijão, plantar milho, a fava, ervilha pra vender, eles já pensam que eu tenho que plantar em grande quantidade. Eles nunca acham que tem que ser pouco, fazer uma lavoura só. E uma única coisa só “planta só feijão, então”, ou “faz tantas lavouras de feijão” (UPF 1, gravado em 26/07/2022).

Este é o contraponto que o agricultor defende e implementa em sua UPF perante o pensamento conservador e machista da comunidade. É a produção de hortaliças, de alimentos em geral, produzida de forma conjunta pelo casal sem separação de serviço, a partir da diversificação das áreas e manejos de bases ecológicas.

Para a UPF 3, a relação teve mais dificuldades dentro da família, ao passo do cunhado do agricultor insinuar que não estavam produzindo de forma orgânica. O agricultor destaca que: “hoje é bem pacífico, mas no início muita desconfiança. Hoje respeitam mais. A gente não recebe mais crítica de vizinho. A gente recebe de irmão. O cunhado falando que nós íamos de noite e colocava ureia nos milhos”. Esta realidade também foi perceptível na UPF 4, ao retratar a relação difícil na família, chegando a momentos de violência psicológica. Porém, destaca que essa sensação também se estende aos vizinhos.

Pelo relato, são perceptíveis as consequências geradas através de atitudes dentro e fora da família, ao atribuir rótulos preconceituosos sobre o trabalho realizado e sua forma de pensar, gerando inclusive um quadro de depressão no agricultor. Entretanto, o agricultor destaca que houve mudanças nos últimos anos, a partir dos resultados gerados e a dimensão do projeto, além das constantes visitas de universidades, pesquisadores e diversos órgãos municipais e estaduais na propriedade, gerando uma mudança positiva, transformada em reconhecimento do trabalho realizado.

A partir da dimensão cultural analisada, percebe-se os desafios presentes dentro e fora da propriedade, levando em conta desde o desestímulo dos pais ou familiares na produção agroecológica, assim como dos vizinhos e da comunidade em torno. São os reflexos da agricultura convencional, que não reconhece mais a diversidade. Contudo, existe a possibilidade da transformação desta realidade a partir do exemplo e do avanço percebido pelos próprios agricultores, quando visualizam a diversificação da renda e a promoção de uma melhor qualidade de vida a partir da Agroecologia.

4.2 Desafios e avanços institucionais no caminho da transição agroecológica

Para esta seção, serão descritos os principais desafios e avanços institucionais levantados a partir das entrevistas realizadas com os agricultores familiares. Portanto, está referida a percepção quanto à participação em cooperativas e associações, assim como a avaliação sobre o funcionamento das mesmas caso participem, a presença e avaliação do funcionamento da ATER na propriedade, caso houver, e a avaliação do poder público (municipal, estadual e federal), além de outros elementos que surgiram durante a conversa.

Referente à participação em cooperativas e associações, a UPF 1 cita a participação junto à Rede Sul como uma forma de trabalho em conjunto, a qual conheceram a partir da experiência com a UPF 2. As UPFs 1 e 2 destacam que a proximidade dentro do projeto está com a cooperativa Cooperfumos, a partir da assistência técnica para a produção do tabaco agroecológico, além de acompanhar o experimento agroecológico e a compra dos grãos em produção, que inclusive fornece as sementes para começar a safra.

Entretanto, por estarem apenas no segundo ano desta experiência com a produção agroecológica no tabaco, a cooperativa ainda não possui estratégias para todas as dificuldades encontradas nesse processo produtivo. Contudo, entendem que, por serem as primeiras experiências no Brasil neste modelo de produção, serão parte do processo de aprendizagem, tanto para o agricultor, como para a cooperativa e a assistência técnica. Dessa forma, ressaltam que entendem o processo de aprendizagem de todos da rede, inclusive da cooperativa em questão, elogiando sobretudo a disponibilidade imediata para qualquer ocasião na propriedade. Relatam que existe um cronograma de visitas técnicas estabelecido, além de visitas de emergência quando necessário. É um período relatado de muitas dúvidas e incertezas, do qual valorizam a disponibilidade sempre que necessário.

Sobre os avanços que percebem ao participarem da Rede Sul, destacam a confiança e o apoio, desde o financeiro, até com o financiamento total dos insumos necessários para a produção do tabaco, o qual destacam que, caso não estivessem participando, teriam muitas dificuldades nesse início de atividades na propriedade familiar. Além do financiamento da produção de tabaco, a Rede Sul também financiou projetos de diversificação e melhorias das propriedades envolvidas, como estufas de produção de alimentos, equipamentos, mudas de frutíferas e outros.

No contexto da UPF 3, atualmente estão associados à cooperativa Ecovale, e, dessa forma, afirmam que foi possível ampliar a comercialização da produção e renda obtida através

da Rota Serrana, um serviço da cooperativa que recolhe os produtos comercializados diretamente nas propriedades dos agricultores associados, “agora, pra nós é tranquilo porque a rota (serrana) passa. Se não tivesse, seria um limitador”, destaca a agricultora da UPF 3.

Para a UPF 4, a participação em cooperativas e associação está sendo primordial para a comercialização das frutas produzidas na propriedade. Atualmente, está associado às cooperativas Coopersanta, de Santa Cruz do Sul e Cooprova, de Venâncio Aires, a qual permite comercializar para programas institucionais de alimentos e demais mercados dentro e fora do Vale do Rio Pardo. Além delas, participa do grupo de certificação Kuru, necessário para a certificação orgânica da propriedade, através da Rede Ecovida. Ao ser indagado sobre a sua percepção na participação nestas cooperativas, enfatizou que identifica pouca valorização para a linha dos orgânicos dentro destas cooperativas, sobretudo a Coopersanta. O principal fator elencado é que a grande maioria dos associados é de agricultores convencionais.

Dentre as experiências de produção de base ecológica, de acordo com os dados do MAPA (2022), o Vale do Rio Pardo conta com 110 propriedades familiares com certificação orgânica, prevalecendo os municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires com os maiores números, com 33 e 20 famílias, respectivamente. Mas na prática este número é muito maior, levando em conta que muitas famílias ainda não procuraram ou não possuem interesse em obter esta certificação. Dentre os espaços de comercialização, encontram-se hoje em torno de 38 feiras rurais distribuídas dentro da região. Dentre elas, estão 25 feiras convencionais, 11 feiras orgânicas e 2 mistas, com opção de produtos convencionais e orgânicos no mesmo espaço.

Os programas institucionais de alimentos, como PAA e PNAE, só foram possíveis de acessar a partir destas cooperativas, destaca a UPF 4. Desta forma, com a ampliação da comercialização e aumento da rentabilidade, ele destaca que foi possível aumentar os investimentos na produção. Já na UPF 5, atualmente estão fazendo parte da Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama e da Associação dos Artesãos, através da qual comercializam alimentos para programas institucionais, como é o caso do PAA e do PNAE, além da comercialização de sementes crioulas, principal foco de uma destas associações, que inclusive é responsável pelo maior encontro de guardiões e de sementes crioulas da região do Vale do Rio Pardo, realizado anualmente no município de Ibarama. Contudo, relatam que percebem a associação dos guardiões desmotivada, fato ao qual atribuem alguns motivos, como a estiagem que vem acometendo a região, e a própria pandemia de Covid-19.

A ação do poder público durante a transição agroecológica também foi destacada pelas famílias. Para a UPF 3, visualizam o apoio do poder público municipal apenas na ajuda de custo

com o valor de meio frete para o transporte de composto orgânico. Para a UPF 1, a ação do poder público municipal encontra-se apenas na melhoria das estradas.

Dentre as políticas públicas acessadas pelas famílias, o destaque principal está nos programas institucionais de alimentos, como o PAA e PNAE, a partir da comercialização de alimentos, como nos casos das UPFs 3, 4, 5 e 6. Neste último caso, não comercializam para estes programas desde o encerramento da produção em 2019. Contudo, todos destacam a diminuição dos recursos para a efetivação desta política nos últimos anos, o que vem diminuindo a comercialização.

Para a UPF 1, relatam que ainda não acessaram nenhuma política pública até o momento, mas destacam a falta ou condições de acesso pouco favoráveis, como programa de habitação rural e linhas de crédito e financiamento, as quais possuem interesse em acessar em algum momento. Enquanto a UPF 4 também destaca que a falta de apoio para a produção orgânica, a partir do poder público, fica limitada apenas ao campo do discurso, e com poucas ações práticas, dificulta para que os demais agricultores em transição agroecológica superem a fase da substituição dos insumos, limitando a apenas adquirir insumos orgânicos. O fechamento das escolas no meio rural também foi destaque para a família da UPF 6, que avalia como prejudicial para os estudantes do meio rural, e inclusive afetando a venda de alimentos para a alimentação escolar.

Em resumo, o poder público, as instituições de ATER e as cooperativas são fundamentais na promoção da transição agroecológica, apesar da necessidade de fortalecer estes debates, a fim de torná-los um espaço de aproximação e valorização do trabalho conduzido pelos agricultores. É papel do poder público incentivar e fomentar políticas públicas que viabilizem a produção agroecológica, tais como o PNAE e PAA, citadas pela maioria das famílias entrevistadas. Já as instituições de ATER, principalmente a Emater, tiveram percepções divididas quanto a sua atuação, fortalecidas apenas quando algum profissional atuante possui aproximação à temática da agroecologia. É preciso que se torne prática geral da instituição, ampliando o acesso a mais agricultores interessados em implementar a transição agroecológica nas suas propriedades familiares.

O apoio e a participação de instituições de assistência técnica no processo de acompanhamento ainda necessitam de mais qualificação na temática da transição agroecológica, mas sua atuação já vem sendo importante para superar diversos desafios presentes. Da mesma forma, fortalecer o trabalho das cooperativas e associações, desde o acompanhamento da produção e organização das propriedades familiares até a logística de comercialização, um dos

principais desafios relatados pelas famílias entrevistadas. Porém, é preciso estarmos atentos ao fato de que muitas experiências consolidadas podem estar com o tempo contado, pelo fato de não possuírem perspectivas de sucessão familiar, como os casos das UPFs 3, 4, 5 e 6. São propriedades familiares históricas, conhecidas por sua atuação na agroecologia, que podem estar encerrando as atividades em breve.

Um ponto importante observado foram as iniciativas dos agricultores quanto ao escoamento de seus produtos nas feiras rurais, além da comercialização em programas institucionais de alimentos, a qual possibilitou aumentar a quantidade produzida e a renda de suas atividades. Esse acesso possibilitou entregar alimentos de qualidade para as populações necessitadas, além de fornecer a alimentação para crianças e jovens nas escolas, os quais se tornam parceiros desse processo agroecológico, caminhando de encontro com a própria proposta do PAA, que tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego, renda e desenvolvendo a economia local, além de promover e contribuir para a redução da insegurança alimentar e nutricional (SECOM, 2024).

5 Considerações finais

A agroecologia tem como objetivo transformar o mundo por meio de uma mudança na maneira como produzimos, consumimos, distribuimos e vendemos alimentos, assim como na forma como nos relacionamos uns com os outros, com ética e responsabilidade social, econômica e política. Ao observar de perto o trabalho e o comprometimento desses agricultores, há uma esperança de que a valorização de seu trabalho, por meio de políticas públicas mais eficazes, a criação de mais espaços para a comercialização destes produtos e a divulgação dos preceitos da agroecologia, pode ter um impacto positivo sobre a direção local, regional e global de nossas vidas.

A relação dos agricultores familiares com o processo de plantio não é utilitária. O trabalho familiar na terra tem um valor afetivo e pedagógico significativo. É nesse ambiente de interação com a natureza que o alimento floresce, criando uma relação simbiótica entre ambiente e quem produz. O fruto dessa relação íntima e respeitosa é o que nos alimenta, não apenas fisicamente, mas também de esperança.

A sintonia dentro dessas famílias entrevistadas com experiências anteriores na família, facilita a adaptação ao modo de comercialização direta dos seus alimentos, que possui uma relação muito mais direta do que acontece com a produção de tabaco convencional. É o resgate

de antigas tradições locais, baseadas também na troca de produtos serviços dentro das comunidades locais, e que se perderam ao longo do tempo. Contudo, é preciso destacar que, na região como um todo, nem todos possuem tais experiências anteriores, e desafios para se adaptar a uma relação direta de comercialização podem surgir. Ainda permanece o desafio da falta de mão de obra, o que implica ainda, mesmo de forma mínima, o eventual uso de agrotóxicos, o que acaba por impedir o avanço na própria transição agroecológica.

Além do aspecto econômico, a perspectiva de continuar trabalhando com a agroecologia no futuro, reforça o compromisso dos agricultores familiares com a sua atividade e com uma causa maior. Através da produção de alimentos orgânicos/agroecológicos, ofertam para o abastecimento local e, ao mesmo tempo, promovem práticas sustentáveis e ecologicamente corretas, sem perder de vista a importância da justiça social e da viabilidade econômica. Essa abordagem holística reflete um compromisso com a comunidade local e com o meio ambiente, o que pode fortalecer os laços sociais e a resiliência das comunidades rurais diante de desafios socioeconômicos e ambientais.

A partir desses elementos construídos, surgem novas possibilidades para futuras pesquisas, como os desafios da sucessão rural em propriedades agroecológicas, o papel das políticas públicas para fortalecer a agroecologia e as iniciativas de transição agroecológica e o modo de vida dos agricultores familiares agroecológicas que, a partir das suas práticas e formas de organização possuem um olhar diferenciado sobre a importância da natureza.

Referências

ALTIERI, M. Bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro. Expressão Popular. 2012.

ÁLVAREZ-SALAS, L., POLANCO-ECHEVERRY, D., RÍOS-OSORIO, L. (2014). Reflexiones acerca de los aspectos epistemológicos de la agroecología. Cuadernos de Desarrollo Rural, 11(74), 55-74. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.CRD11-74.raea>. Acessado em 04/12/2022.

AREND, S. C. et al. Observando o Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo: notas sobre as dinâmicas econômicas recentes. Barbarói, Santa Cruz do Sul/RS, n.54, p.234-257, jul./dez. 2019.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fumo: O Rio grande do Sul é o maior produtor de fumo em folha do Brasil. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/fumo>. Acesso em 11 de julho de 2021.

BALESTRO, Moisés Villamil; SAUER, Sérgio. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo. Expressão Popular. 2ª ed. 2013.

BEVILAQUA, Gilberto A. Peripolli e et al. AGRICULTORES GUARDIÕES DE SEMENTES E AMPLIAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-118, jan/abr. 2014.

BRANDÃO, J. D; DELLAI, W. Bem viver e agroecologia: da emergência epistêmica à práxis descolonial. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, Jul. 2018.

BRASIL. Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acessado em 23/08/2019.

BRASIL. Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, 20 de agosto de 2012. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004. 24 p. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincípios.pdf>. Acessado em 10/03/2022.

CAPORAL, F. R; PAULUS, G; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Instituto Federa do Paraná. 2006. Disponível em <http://biblioteca.emater.tcche.br:8080/pergamumweb/vinculos/000005/000005f5.pdf>. Acessado em 10/11/2022.

CAPORAL, Francisco Roberto. AZEVEDO, Edisio Oliveira de. Princípios e Perspectivas da Agroecologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Educação a Distância. 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília. 2009. Disponível em http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2442.pdf. Acessado em 10/11/2022.

COSTA, J. P. R.; SCHMITZ, J. A. K. Rastros de Agroecologia no Vale do Rio Pardo. Revista sementes crioulas [recurso eletrônico] / Associação Gaúcha Pró-Escolas Famílias Agrícolas. - Vol. 1 (2017), Santa Cruz do Sul: AGEFA, 2017.

COSTA, Manoel B.B. da. Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas. São Paulo. Expressão Popular, 1ª ed. 2017.

COSTABEBER, J. A. Transição Agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre: [s.n.], 2004. 166 p.

EMBRAPA. Agrotóxicos no Brasil. Agricultura e Meio Ambiente. 2021. Disponível em <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/qualidade/dinamica/agrotoxicos-no-brasil> . Acessado em 20/02/2023.

ETGES, V.E. Sujeição e Resistência: Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo. Santa Cruz do Sul: Editora da FISC, 1991.

ETGES, V. E., A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.

FEIDEN, Alberto. BORSATO, Aurélio Vinícius. Como eu começo a mudar para sistemas agroecológicos. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2011. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/941472/1/CartilhaComoeucomecoamudarparasistemasagroecologicos.pdf>. Acessado em 10/02/2023.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. COREDE Vale do Rio Pardo. Disponível em <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Rio+Pardo>. Acesso em 01/11/2024.

GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 4ª ed. 2008.

GLIESSMAN, S. R. The Framework for Conversion. In: GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. (Ed.). The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices. Boca Raton: Taylor and Francis Group, 2010.

GUTERRES, Ivani. Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres. São Paulo. Expressão Popular. 1ª ed. 2006.

IAQUINTO, B, O. A sustentabilidade e suas dimensões. Revista da ESMESC, v.25, n.31, p. 157-178, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14295/revistadaesmesec.v25i31.p157>. Acessado em 04/01/2023.

KARNOPP, Erica. Tendências de Desenvolvimento da Agricultura Familiar: Uma análise regional. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XIV. Nº 26. Dezembro de 2012. Salvador, BA.

KRAUSER, Raul R. A agroecologia e o plano camponês. Candiota/RS. Instituto Cultural Padre Josimo. 1ª ed. 2015.

MACHADO, L.C.P.; MACHADO FILHO, L.C.P. Dialética da Agroecologia. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2014.

MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MAPA. Ministério da Agricultura e Pecuária. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acessado em 17/11/2022.

MENDES, J. M. C. Dimensões da Sustentabilidade. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009.

MORAES, F. C de; SORRENTINO, M. Agroecologia, Movimentos Sociais e Bem Viver. In: Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis/ Marcos Sorrentino; Maria Henriqueta Andrade Raymundo; Simone Portugal; Fernanda Corrêa de Moraes; Rafael Falcão da Silva (org). Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural, 2017

REDE SUL. Transição Agroecológica na Fumicultura. Relatório Técnico Final. Rede Sul Pela Transição Agroecológica na Fumicultura. Ano 1 – abril de 2022.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SCHMITT, Claudia J. Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural: Um olhar a partir da experiência brasileira. In: Sérgio Sauer e Moisés V. Balestro, (orgs). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo. Expressão Popular. 2ª ed. 2013.

SECOM. Secretaria de Comunicação Social. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2024. Disponível em <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-aco-es-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acessado em 02/11/2024.

SEVILLA GUZMÁN, E.; SOLER MONTIEL, M. Agroecologia e sobriedade alimentar: alternativas para a globalização agroalimentar. En Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico (Ed.), Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza (pp. 191-217). Sevilha: Junta de Andaluzia. Consejería de Cultura. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.